

O problema não é o método

Empirismo, ciência moral e o obstáculo ontológico ao reconhecimento do Espiritismo

Resumo

Costuma-se negar caráter científico ao Espiritismo sob a alegação de que lhe faltariam método, controle e possibilidade de verificação empírica. Essa objeção confunde método científico com um protocolo experimental único, construído para objetos físicos manipuláveis em laboratório. A Filosofia da Ciência contemporânea não sustenta tal redução: investigação científica envolve observação sistemática, formulação de hipóteses, inferência, comparação, crítica e teste, mas a maneira concreta de executar essas operações varia conforme a natureza do objeto. Allan Kardec aplicou precisamente esse princípio. Partiu de fatos, comparou comunicações independentes, procurou regularidades, rejeitou respostas isoladas como fundamento doutrinário e deduziu consequências filosóficas e morais. Além disso, o núcleo do programa espírita não é a produção de efeitos extraordinários, mas o estudo do espírito e das leis que regem sua condição moral. Nesse domínio, o empirismo continua aplicável: observa-se reiteradamente a relação entre a violação voluntária do bem, o estado da consciência e o sofrimento moral, bem como entre a conformidade ao bem e a serenidade. Uma vez reconhecida a adequação metodológica desse programa, a divergência remanescente é ontológica: o Espiritismo admite o espírito como ser real, sobrevivente e causalmente ativo, enquanto a ciência institucional tende a aceitar apenas explicações compatíveis com uma ontologia fisicalista. O conflito decisivo, portanto, não está entre método e ausência de método, mas entre concepções rivais sobre o que existe e pode atuar na realidade.

Palavras-chave: Espiritismo; Allan Kardec; Filosofia da Ciência; empirismo; ciência moral; ontologia; naturalismo.

Introdução

Quando se afirma que o Espiritismo não pode ser ciência porque trata de espíritos, comunicações mediúnicas e consequências morais, normalmente já se introduziu a conclusão na premissa. Define-se previamente como real apenas aquilo que pode ser explicado em termos físico-químicos; em seguida, tudo o que pressupõe uma realidade espiritual é classificado como não científico. A exclusão parece metodológica, mas sua base é ontológica: decidiu-se de antemão quais espécies de entidades podem existir.

Essa operação precisa ser exposta. Uma doutrina pode formular afirmações falsas mesmo empregando método; possuir método não garante a verdade de todas as conclusões. Contudo, também é incorreto negar a existência de método apenas porque os resultados obtidos contrariam a ontologia dominante. A avaliação epistemológica deve perguntar primeiro: há um objeto delimitado? Há fatos ou efeitos observáveis? Há procedimentos de coleta e comparação? Há critérios para distinguir dados confiáveis de dados duvidosos? Há inferências criticáveis? Há possibilidade de revisão? No caso de Kardec, a resposta é afirmativa.

O argumento deste artigo é composto por quatro teses. Primeiro, a ciência não possui um único protocolo aplicável indistintamente a todos os objetos. Segundo, o empirismo não se limita à manipulação laboratorial: ele inclui observação sistemática de fenômenos que não estão sob comando do pesquisador. Terceiro, Kardec construiu um programa empírico e racional adequado ao estudo dos fenômenos espíritas e, sobretudo, de suas consequências morais. Quarto, depois de reconhecida essa estrutura metodológica, o principal obstáculo ao reconhecimento científico do Espiritismo é a recusa ontológica do espírito como realidade autônoma.

1. Não existe um método científico único e invariável

A imagem escolar do “método científico” costuma apresentar uma sequência fixa: observar, formular hipótese, experimentar, medir, repetir e concluir. Essa imagem descreve parte importante das ciências experimentais, mas não esgota a

prática científica. A Filosofia da Ciência reconhece como atividades científicas a observação sistemática, a experimentação, o raciocínio indutivo e dedutivo, a formação de hipóteses e a confrontação entre teoria e evidência. Não exige, porém, que todas as áreas combinem essas atividades da mesma maneira (Stanford Encyclopedia of Philosophy, “Scientific Method”).

A astronomia não produz estrelas para testar sua evolução. A geologia histórica não repete a formação de uma cordilheira. A paleontologia não reproduz a extinção de uma espécie. Essas disciplinas trabalham com vestígios, séries de observações, comparação de casos, modelos explicativos e previsões indiretas. Continuam empíricas porque suas proposições são constrangidas pela experiência, embora seus objetos não sejam inteiramente manipuláveis.

O mesmo princípio vale para objetos dotados de espontaneidade. Um sujeito consciente não é uma partícula passiva. Sua ação depende de intenção, contexto e vontade. Exigir de uma inteligência comunicante o mesmo comportamento invariável de um corpo submetido a uma força é um erro categorial: aplica-se ao agente o protocolo próprio da coisa inerte. A ausência de produção sob comando não elimina a investigação; exige controles compatíveis com a autonomia do objeto.

Isso não autoriza relaxamento crítico. Ao contrário: quanto menor o controle direto, maior deve ser o cuidado com comparação, independência das fontes, hipóteses alternativas, documentação e convergência. A adaptação do método não significa ausência de rigor; significa rigor adequado.

2. Empirismo não é sinônimo de materialismo

Empirismo é uma posição epistemológica: atribui papel decisivo à experiência na formação e na avaliação do conhecimento. Materialismo ou fisicalismo são posições ontológicas: afirmam, em versões diferentes, que a realidade é inteiramente física ou dependente do físico. Uma coisa não implica logicamente a outra.

É possível investigar empiricamente uma hipótese espiritualista sempre que ela

produzir efeitos acessíveis à experiência. Se uma comunicação contém informação verificável, se diferentes observadores registram padrões semelhantes, se estados morais apresentam relações constantes com certas escolhas, há material empírico. Pode-se discutir a interpretação dos dados, mas não declarar que deixaram de ser dados porque uma das explicações possíveis admite o espírito.

A distinção é essencial. O naturalismo metodológico pode ser entendido modestamente como a exigência de causas investigáveis, relações estáveis e explicações submetidas à crítica. Nessa versão, ele não precisa proibir o espírito: se o espírito produz efeitos regulares, torna-se objeto de investigação. O problema surge quando “natural” é definido previamente como “exclusivamente físico”. O naturalismo metodológico converte-se então, de modo silencioso, em naturalismo ontológico. A conclusão deixa de resultar da pesquisa e passa a governá-la: como o espírito não pertence ao inventário admitido, nenhuma evidência poderá contar em seu favor.

Portanto, a fronteira decisiva não separa o observável do inobservável. A ciência trabalha continuamente com entidades inferidas por seus efeitos. A fronteira separa entidades que o paradigma aceita considerar de entidades que ele recusa antes da comparação explicativa. Não se deve equiparar de maneira simplista espíritos e elétrons, pois os programas de evidência são diferentes. O ponto filosófico mais restrito é suficiente: a inobservabilidade direta, por si só, não torna uma hipótese não científica.

3. O programa metodológico de Kardec

Kardec não iniciou pela afirmação dogmática de uma metafísica. Seu ponto de partida declarado foram fenômenos que exigiam explicação. A hipótese de uma causa inteligente surgiu porque alguns efeitos apresentavam conteúdo igualmente inteligente. A partir daí, o trabalho não se limitou a colecionar mensagens. Ele envolveu interrogação, confronto, classificação, exame de contradições e busca de regularidades.

Essa orientação aparece de forma sintética em três procedimentos.

3.1 Observação dos efeitos e inferência da causa

O raciocínio parte de efeitos observáveis. Movimento, escrita, respostas e informações são examinados como ocorrências. A existência do espírito não é apresentada como uma percepção sensorial direta, mas como hipótese causal para certos efeitos. Trata-se de inferência: do caráter do efeito procura-se determinar a natureza provável de sua causa.

3.2 Comparação, independência e concordância

Uma comunicação isolada não constitui doutrina. Kardec compara respostas obtidas por médiuns diferentes, em lugares distintos e sem coordenação entre si. A concordância não vale como simples contagem de opiniões; seu valor depende da independência das fontes, da consistência interna, da generalidade e da resistência à crítica. Esse procedimento procura reduzir a influência do médium, do grupo, da expectativa local e da autoridade de um único comunicante.

O chamado controle universal do ensino dos Espíritos deve ser compreendido como um mecanismo de validação intersubjetiva, não como um oráculo infalível. Ele desloca a autoridade da personalidade para a convergência criticamente examinada. Sua força está na descentralização das fontes; seu aperfeiçoamento contemporâneo exigiria protocolos explícitos de cegamento, registro prévio e análise independente, mas esses aperfeiçoamentos continuam o programa de Kardec em vez de substituí-lo.

3.3 Revisabilidade e subordinação aos fatos

O Espiritismo, desenvolvido pela metodologia kardeciana, não pode preservar uma proposição contra fatos demonstrados apenas porque ela foi atribuída a um espírito. A identidade alegada do comunicante não elimina o exame. A mensagem deve ser julgada pelo conteúdo, pela lógica, pela concordância e pelos dados disponíveis. Essa regra é decisiva: impede que a fonte espiritual se transforme em

autoridade dogmática e mantém aberta a revisão das formulações.

Temos, portanto, um programa reconhecível: fatos, hipótese, comparação, controle de fontes, inferência, crítica e revisão. Pode-se questionar a execução de um estudo particular ou a suficiência de determinada evidência. Isso é parte normal da ciência. O que não se pode afirmar corretamente é que inexistem metodologia.

4. O cerne moral da ciência espírita

Reduzir o Espiritismo aos efeitos físicos é perder de vista seu objeto principal. Kardec distingue os fatos materiais de suas consequências morais e afirma que o melhoramento individual constitui o objetivo essencial do Espiritismo. Em *O que é o Espiritismo?*, define-o como ciência de observação com consequências morais. Os fenômenos demonstram a existência e a ação dos espíritos; o estudo comparado de sua condição permite investigar as leis que relacionam liberdade, consciência, bem, mal, felicidade e sofrimento.

Essa mudança de foco resolve parte importante da objeção sobre empirismo. O cerne da pesquisa não é obrigar uma manifestação extraordinária a ocorrer em horário marcado. É observar, em grande número de casos, como os seres conscientes experimentam as consequências de suas escolhas. Kardec declara ter interrogado milhares de espíritos de diferentes classes e posições, acompanhando suas ideias, sensações e mudanças. A amostra não é apresentada como um conjunto de revelações aceitas pela fé, mas como material comparativo.

O procedimento pode ser reconstruído da seguinte forma:

1. recolhem-se relatos sobre estado moral, escolhas, lembranças e consequências;
2. comparam-se casos provenientes de fontes diversas;
3. identificam-se regularidades entre disposições, atos e experiências morais;
4. confrontam-se as explicações com a razão, com fatos conhecidos e com novos casos;

5. formulam-se leis gerais, mantidas abertas a correção quanto à expressão e ao alcance.

Essa é uma forma de empirismo. Não mede o espírito com uma balança, assim como a psicologia não pesa uma intenção e a história não coloca um acontecimento passado em um tubo de ensaio. Observa manifestações, conteúdos, efeitos, padrões e relações. O acesso é indireto, mas permanece submetido à experiência.

5. A lei moral: do mal voluntário ao sofrimento moral

Uma das regularidades centrais do Espiritismo pode ser expressa assim: o indivíduo que, conhecendo o bem, o contraria voluntariamente para praticar o mal torna-se causa do próprio sofrimento moral. *O Livro dos Espíritos* afirma que a lei natural indica o que o ser humano deve fazer e que ele se torna infeliz quando dela se afasta (questão 614). Ao tratar da responsabilidade, esclarece que o mal depende sobretudo da vontade de praticá-lo e que o grau de responsabilidade varia conforme a condição do agente (questão 636). Mais adiante, atribui as consequências da violação das leis aos próprios atos do indivíduo (questão 964).

Essa proposição precisa ser formulada com exatidão. Ela não significa que todo infrator experimentará remorso consciente no instante seguinte ao ato. A sensibilidade moral varia. O próprio conjunto kardeciano relaciona o remorso ao desenvolvimento do senso moral. Um agente pode racionalizar, ocultar, anestesiar ou ainda não compreender integralmente o dano que causou. A consequência também pode não aparecer como perda material ou punição externa. A lei diz respeito ao estado do ser consciente e à incompatibilidade entre sua destinação moral e o uso deliberado da liberdade contra o bem.

A formulação causal mais rigorosa é esta:

Sempre que um agente livre viola voluntariamente o bem, introduz em si uma desordem moral cuja consequência necessária é sofrimento, tão logo sua consciência alcance lucidez suficiente sobre o ato e seus efeitos.

Há elementos variáveis: intensidade, duração, momento da tomada de consciência e forma assumida pelo sofrimento. O nexo fundamental, porém, é apresentado como invariável. A lei não funciona como sanção arbitrária aplicada de fora. O efeito decorre da própria condição da consciência diante do que fez. Remorso, vergonha, pesar, insatisfação consigo, necessidade de reparação e impossibilidade de serenidade plena são expressões possíveis dessa causalidade.

Essa distinção evita dois erros. O primeiro seria procurar a lei apenas em recompensas e punições materiais: pessoas injustas podem prosperar externamente, e pessoas justas podem enfrentar dificuldades. O segundo seria tomar a ausência momentânea de remorso como refutação. A hipótese espírita não prevê uniformidade psicológica imediata; prevê que, com o desenvolvimento e a lucidez da consciência, a contradição moral se torna sofrimento.

6. Em que sentido essa lei é empiricamente verificável

A verificação ocorre em níveis convergentes.

6.1 Experiência interna

O sujeito pode observar em si a diferença entre a paz produzida pela consciência do dever cumprido e o incômodo provocado por uma ação reconhecida como indigna. Essa observação não é irrelevante por ser interna. Estados de consciência são dados, ainda que seu acesso seja em primeira pessoa. O cuidado necessário é não transformar uma experiência individual em lei universal sem comparação.

6.2 Observação intersubjetiva

Confissões, mudanças de conduta, busca de reparação, vergonha, remorso e padrões persistentes de conflito interior podem ser observados e comparados entre indivíduos. Não se trata de ler diretamente a consciência alheia, mas de trabalhar com manifestações públicas e relatos sujeitos à crítica, como fazem diversas ciências humanas.

6.3 Comunicações de espíritos

O diferencial do programa de Kardec é estender a observação para além da vida corporal. Comunicações atribuídas a espíritos em condições morais diversas são reunidas e confrontadas. A hipótese de sobrevivência permite acompanhar a tomada de consciência sem restringi-la ao intervalo biológico. O valor probatório desse material depende, evidentemente, da autenticidade das comunicações, da independência das fontes e do controle das explicações alternativas. Mas esses são problemas de qualidade da investigação, não demonstrações de que o método empírico seja inaplicável.

6.4 Experimentação moral

Há ainda uma dimensão prática. A moral espírita produz expectativas: o domínio do egoísmo, a reparação do dano e o cumprimento do dever devem conduzir a maior coerência interior; a persistência deliberada no mal deve aprofundar o conflito moral, ainda que seja temporariamente encoberto. A vida fornece um campo contínuo de observação das consequências dessas escolhas. Essa experimentação não autoriza julgar superficialmente o sofrimento alheio, nem reduzir situações complexas a uma única causa moral. Ela opera principalmente sobre o próprio agente, em séries longas de experiência e comparação.

Os quatro níveis não são provas isoladas que, sozinhas, encerram a questão. Sua força está na convergência. O método kardeciano liga experiência interna, comportamento observável, testemunhos comparáveis e comunicações independentes em uma explicação geral da causalidade moral.

7. Certeza moral, indução e necessidade da lei

A Filosofia da Ciência distingue a generalização empírica da necessidade lógica. Um número finito de casos, por maior que seja, não prova por indução uma proposição universal com certeza matemática. O problema da indução impede concluir formalmente, apenas a partir de ocorrências passadas, que não haverá exceção futura.

Isso não destrói a tese espírita; apenas esclarece de onde vem cada grau de justificação. A experiência reiterada estabelece a regularidade e testa suas consequências. A necessidade da lei, por sua vez, pertence à arquitetura filosófica do Espiritismo: o espírito é perfectível; a liberdade implica responsabilidade; a consciência progride; o bem corresponde à finalidade do ser; a violação voluntária dessa ordem gera contradição interna; a contradição consciente produz sofrimento até a reparação e o realinhamento.

Assim, não se deve dizer que a indução, sozinha, oferece “zero chance de erro”. Deve-se dizer algo mais forte e mais preciso: dentro da ciência espírita, a relação é necessária por sua conexão com a natureza e a finalidade do espírito, enquanto a pesquisa empírica confirma reiteradamente essa relação nos casos observados. A certeza não é um salto cego; resulta da convergência entre fatos, coerência causal e integração teórica.

Essa estrutura não é estranha à ciência. Teorias não são listas de observações. Elas organizam fatos por meio de conceitos e relações causais, e sua força depende de adequação empírica, coerência, alcance explicativo e resistência a alternativas. O Espiritismo reivindica exatamente esse tipo de unidade entre observação e explicação.

8. Falseabilidade e condições de teste

Uma lei moral formulada de maneira vaga pode tornar-se imune à crítica. Se qualquer resultado possível for reinterpretado como confirmação, não haverá teste real. Por isso, a tese precisa declarar suas condições.

Ela não prevê sofrimento material imediato; prevê consequência moral. Não exige remorso atual em consciências pouco desenvolvidas; prevê que o aumento da lucidez torna insustentável a paz plena diante do mal reconhecido e não reparado. Não afirma que toda dificuldade seja punição por uma falta; afirma que a violação voluntária do bem produz desordem no próprio agente. Não elimina fatores psicológicos, sociais e corporais; delimita uma causalidade moral específica.

Em princípio, o programa seria seriamente atingido se observações

independentes e confiáveis mostrassem, de modo persistente, agentes plenamente lúcidos sobre o dano praticado, moralmente desenvolvidos, sem autoengano, sem reparação e ainda assim em perfeita serenidade interior. Também seria abalado se as comunicações que fundamentam a extensão da lei além da vida se mostrassem sistematicamente explicáveis por fraude, sugestão, vazamento de informação ou produção inconsciente do médium. A existência dessas condições mostra que o programa não precisa ser protegido contra toda contestação.

O que se deve rejeitar é outra coisa: exigir que a ciência moral tenha os mesmos indicadores da física ou considerar inexistente todo dado em primeira pessoa. Isso não aumenta o rigor; apenas impõe uma ontologia e uma linguagem inadequadas ao objeto.

9. O obstáculo ontológico

Se o Espiritismo apresenta objeto, fatos, método comparativo, critérios críticos e proposições empiricamente constrangidas, por que continua excluído do campo científico institucional? A resposta principal está no estatuto ontológico concedido ao espírito.

O Espiritismo afirma que a consciência não é mero produto temporário do cérebro; que o espírito conserva individualidade; que pode comunicar-se; que a causalidade moral ultrapassa a existência corporal; e que liberdade, responsabilidade e progresso pertencem à estrutura real do ser. Essas proposições confrontam versões fortes do fisicalismo.

É importante não caricaturar a ciência. Nem todo cientista é materialista, e o método científico, em sentido abstrato, não prova que apenas a matéria existe. A exclusão ocorre quando as regras institucionais de explicação admitem como candidatas legítimas apenas causas físicas. Nesse caso, mesmo um efeito anômalo será atribuído a erro, fraude ou mecanismo físico ainda desconhecido; a hipótese espiritual não entra na competição. O procedimento parece prudente, mas contém uma decisão ontológica: determina antecipadamente a classe de causas admissíveis.

Uma ciência genuinamente aberta deveria separar duas questões. A primeira é

metodológica: a hipótese produz consequências observáveis e pode ser confrontada com dados? A segunda é ontológica: que espécie de realidade explica melhor esses dados? Se a primeira resposta for positiva, a segunda não pode ser encerrada por definição. O espírito pode ser rejeitado depois de comparação rigorosa, mas não antes dela sem petição de princípio.

A disputa, portanto, não é entre ciência e ausência de ciência. É entre programas de investigação rivais. Um programa fisicalista tenta explicar os fenômenos por cérebro, cultura, fraude, erro, dissociação e processos materiais desconhecidos. O programa espírita admite também a ação de agentes extracorpóreos e uma causalidade moral objetiva. A decisão racional exige comparar alcance, precisão, coerência, previsões, problemas não resolvidos e qualidade das evidências. Proibir um dos programas por sua ontologia não equivale a refutá-lo.

10. O que pode e o que não pode ser legitimamente afirmado

Defender o caráter metodológico do Espiritismo não obriga a afirmar que toda narrativa mediúnica seja verdadeira, que todo centro espírita realize ciência ou que qualquer crença espiritual pertença ao corpo doutrinário. O método de Kardec é precisamente um instrumento contra essas confusões.

Também não basta invocar a palavra “empírico”. Um estudo pode ser empírico e ainda conter controles ruins, amostra enviesada ou inferências frágeis. Críticas a uma execução específica devem ser respondidas caso a caso. Contudo, falhas particulares não demonstram a inexistência do programa metodológico, assim como um experimento defeituoso de biologia não mostra que a biologia carece de método.

A reivindicação adequada é delimitada e robusta:

1. o Espiritismo possui método de observação, comparação, inferência e revisão;
2. o empirismo é aplicável tanto aos fenômenos mediúnicos quanto às consequências morais;
3. Kardec aplicou esse empirismo por meio do estudo comparado de grande

número de casos;

4. a moral não é mero apêndice religioso, mas o núcleo explicativo e prático da ciência espírita;
5. a principal incompatibilidade com a ciência institucional surge quando esta transforma uma regra metodológica em veto ontológico à existência do espírito.

Essa formulação evita triunfalismo e preserva o ponto decisivo. O Espiritismo não pede dispensa de evidência. Pede que a evidência seja examinada sem que a conclusão ontológica tenha sido escolhida previamente.

Conclusão

Ao Espiritismo não falta metodologia. Falta-lhe reconhecimento por uma estrutura científica que, em grande parte, delimitou seu campo por uma ontologia incompatível com o espírito. Kardec procedeu como investigador: observou efeitos, formulou hipóteses, interrogou, comparou fontes, procurou regularidades, subordinou a autoridade à razão e estabeleceu critérios de concordância e revisão. O fato de os protocolos do século XIX poderem ser aperfeiçoados não apaga a arquitetura do método; mostra apenas que um programa de investigação pode evoluir.

O empirismo não apenas pode ser usado no Espiritismo: ele **foi usado**. E sua aplicação mais profunda não se encontra nos fenômenos espetaculares, mas na investigação das leis morais. A observação reiterada da condição dos espíritos conduz à relação entre liberdade, consciência e consequência: quem viola voluntariamente o bem produz em si a causa do sofrimento moral; quem se harmoniza com o bem estabelece as condições da serenidade. A forma, a intensidade e o momento do efeito variam, mas a causalidade moral permanece.

Por isso, a pergunta correta não é se uma ciência do espírito pode empregar experiência. Pode, desde que adapte seus controles à natureza de agentes livres e reúna observações independentes, comparáveis e criticáveis. A pergunta correta é se a ciência aceita que a experiência possa obrigá-la a ampliar seu inventário do real.

Quando a resposta negativa é dada antes da investigação, já não se está

defendendo apenas um método. Está-se protegendo uma ontologia. O conflito entre Espiritismo e ciência institucional aparece então em sua forma exata: não é a oposição entre crença sem método e conhecimento empírico, mas a disputa entre uma ciência que admite o espírito como realidade causal e uma ciência que restringe previamente a causalidade ao domínio físico. O caminho racional não é declarar vencedora uma ontologia por definição, e sim permitir que os fatos, submetidos a métodos adequados, participem da decisão.

Referências

CHALMERS, Alan F. *O que é ciência, afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993.

KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos*. Especialmente questões 614, 629, 630, 636 e 964. KardecPedia.
<https://kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/2/o-livro-dos-espirtos>

KARDEC, Allan. *O Livro dos Médiuns*. KardecPedia.
<https://kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/3/o-livro-dos-mediuns>

KARDEC, Allan. *O Evangelho segundo o Espiritismo*. Introdução, item II: “Autoridade da Doutrina Espírita”. KardecPedia.
<https://kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/887/o-evangelho-segundo-o-espiritismo>
[o](https://kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/887/o-evangelho-segundo-o-espiritismo)

KARDEC, Allan. *O que é o Espiritismo?* KardecPedia.
<https://kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/885/o-que-e-o-espiritismo>

KARDEC, Allan. *Revista Espírita: Jornal de Estudos Psicológicos*, 1858-1869. KardecPedia.
<https://kardecpedia.com/roteiro-de-estudos/20/revista-espirita-jornal-de-estudos-psicologicos-1858>

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2004.

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. “Scientific Method”.
<https://plato.stanford.edu/entries/scientific-method/>

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. “The Problem of Induction”.

<https://plato.stanford.edu/entries/induction-problem/>

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. "Theory and Observation in Science". <https://plato.stanford.edu/entries/science-theory-observation/>

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. "Naturalism". <https://plato.stanford.edu/entries/naturalism/>

STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. "Scientific Realism". <https://plato.stanford.edu/entries/scientific-realism/>